

Divisão Académica

Licenciatura
2025-2026

DIREITO CONSTITUCIONAL II
TURMA A

Prof. Doutor Paulo Otero

Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 168
Créditos ECTS: 6

Sumário

**Estudo do Direito Constitucional Português: História constitucional e
Constituição de 1976 (Identidade, Organização Política e Fontes do
Ordenamento Jurídico)**

Programa

PARTE I
HISTORIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

Capítulo I
História pré-constitucional

- §1º - Principais momentos político-constitucionais
- §2º - Ordenamento jurídico
- §3º - Instituições jurídico-constitucionais

Capítulo II
História constitucional



Divisão Académica

- §4º - Perspetiva geral
- §5º - Constituições liberais
- §6º - Constituição de 1933
- §7º - Constituição de 1976

PARTE II CONSTITUIÇÃO DE 1976

Capítulo I Identidade Constitucional

Secção 1ª Identidade axiológica da Constituição

- §1º - A identidade axiológica da Constituição: introdução
- §2º - Estado de direitos humanos
- §3º - Estado de Direito democrático
- §4º - Estado de soberania internacionalizada e europeizada
- §5º - Estado unitário descentralizado

Secção 2ª Identidade estrutural da Constituição

- §6º - Constituição compromissória
- §7º - Constituição aberta
- §8º - Constituição transfigurada

Secção 3ª Identidade relacional da Constituição

- §9º - A identidade relacional da Constituição: introdução
- §10º - A influência da história constitucional na Constituição de 1976
- §11º - As influências constitucionais externas na Constituição de 1976

Capítulo II Organização do Poder Político

Secção 1ª Princípios Fundamentais

Divisão Académica

Subsecção A

Princípios materiais da regulação constitucional da organização do Poder político

§12º - Princípios de organização e funcionamento do poder político

§13º - Princípios respeitantes aos titulares do poder político

Subsecção B

Princípios sobre as fontes reguladoras da organização do Poder político

§14º - Princípio da não exclusividade da configuração formal do poder político

§15º - Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais na regulação do poder político

§16º - Princípio da não exclusividade das fontes jurídico-políticas reguladoras do poder político

Secção 2ª

Estruturas constitucionais da República

Subsecção A

Órgãos de soberania

§17º - Presidente da República

§18º - Assembleia da República

§19º - Governo

§20º - Tribunais

Subsecção B

Sistema de governo

§21º - Princípios do sistema de governo

Subsecção C

Outros órgãos constitucionais da República

§22º - Órgãos da República de âmbito nacional

§23º - Órgãos da República de âmbito local

Secção 3ª

Estruturas políticas infraestaduais

§24º - Regiões autónomas

§25º - Poder local: as autarquias locais

Divisão Académica

Capítulo III Fontes do Ordenamento Jurídico

Secção 1ª Princípios fundamentais

§26º - Princípios fundamentais

- 26.1. Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais
- 26.2. Princípio da pluralidade de fontes formais
- 26.3. Princípio da tipicidade da reserva de lei
- 26.4. Princípio da tipicidade dos atos legislativos
- 26.5. Princípio da revogabilidade das normas
- 26.6. Princípio da pluralidade de relações internormativas
- 26.7. Princípio da vinculação da Administração e dos Tribunais
- 26.8. Princípio da supletividade do Direito do Estado
- 26.9. Princípio da prevalência do Direito do Estado

Secção 2ª Atos legislativos

§27º - Teoria geral dos atos legislativos

- 27.1. Sentido e forma de lei
- 27.2. Conteúdo e força de lei
- 27.3. Tipologia das relações interlegislativas

§28º - Lei e decreto-lei

- 28.1. Principais tipos de leis da Assembleia da República e a questão do seu valor reforçado
- 28.2. Processo legislativo parlamentar
- 28.3. Força jurídica dos decretos-lei e a temática do primado do parlamento

§29º - Decreto legislativo regional e lei da República

- 29.1. Poder legislativo regional
- 29.2. Relações entre lei regional e lei da República

Secção 3ª Outros atos normativos

§30º - Costume

§31º - Direito Internacional Público

§32º - Direito da União Europeia

§33º - Regulamentos

§34º - Atos com força afim da força de lei

Divisão Académica

Bibliografia Portuguesa (principal)

ALEXANDRINO, José de Melo

- *Lições de Direito Constitucional*, 2 vols., I, 3ª ed., Lisboa, AAFDL, 2017; II, 2ª ed., Lisboa, AAFDL, 2017;

AMARAL, Maria Lúcia

- *A Forma da República – Uma introdução ao estudo do Direito Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

CANOTILHO, Gomes

- *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2003.

CANOTILHO, Gomes; MOREIRA, Vital

- *Fundamentos da Constituição*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.

GOUVEIA, Jorge Bacelar

- *Manual de Direito Constitucional*, 2 vols., 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.

MIRANDA, Jorge

- *Atos Legislativos*, Coimbra, Almedina, 2019.
- *A Constituição Portuguesa – Uma introdução geral*, Coimbra, Almedina, 2022.
- *Curso de Direito Constitucional*, 2 vols, Lisboa, Univ. Católica Editora, 2016.
- *Fiscalização da Constitucionalidade*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.
- *Manual de Direito Constitucional*, I, 2, 10ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014; V, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010; VI, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- *Teoria do Estado e da Constituição*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

MORAIS, Carlos Blanco de

- *Curso de Direito Constitucional – Lei e sistema normativo*, I, Coimbra, Almedina, 2022.

OTERO, Paulo

- *A Democracia Totalitária*, Cascais, Principia, 2001.
- *Direito Constitucional Português*, 2 vols., reimp., Coimbra, Almedina, 2010.
- *Legalidade e Administração Pública*, 3ª reimp., Coimbra, Almedina, 2017.

PINHEIRO, Alexandre Sousa / LOMBA, Pedro,

- *Princípios Gerais da Organização do Poder Político*, in OTERO, Paulo (Coord.), *Comentário à Constituição Portuguesa*, III vol., 1º tomo, Coimbra, Almedina, 2008.